

TRANSTEXTUALIZAÇÃO: SINTAGMA E PARADIGMA RELAÇÕES DE METÁFORA E METONÍMIA NA ALTERIDADE DA INTERPRETAÇÃO

Marcelo Moraes Caetano (UERJ)
marcelomcaetano@gmail.com

1. *Breves considerações sobre a gramaticalização*

Para começar, precisamos retroceder à gênese da epistemologia/empíria sobre gramaticalização propriamente dita, para, só depois, vermos como a analogia à interpretação da gramática textual-discursiva é operante.

O primeiro teórico a explorar detidamente a gramaticalização foi Antoine Meillet, em 1912 (cf. MEILLET, 1948), em sua *Linguistique historique et linguistique générale*. Repare-se que a obra em questão veio à luz antes mesmo da publicação do *Cours* de Saussure, que, no entanto, ajudou a embasar a pesquisa de Meillet, apesar da crítica genética saussuriana de que a mudança (diacronia) não é passível de estudo linguístico científico.

Saussure (1984) concebia a língua basicamente como um *estado*, embora não desconhecesse nem descartasse por completo a noção de variabilidade (variação e mudança); apenas não a previa como passível de análise científica, porque a considerava fortuita e demasiado abstrata. Por seu turno, o estudo de Meillet já previa a língua como constante devir, não um produto fechado, sendo a gramática, antes do mais, um contínuo processo de gramaticalização em constante mudança.

Dessa forma, Meillet previa que o estudo da gramática de uma língua, que é, em última instância, sua própria estrutura profunda, deve contemplar casos de variação (sincronia) e mudança (diacronia), concretizados no texto, no intertexto e, antes (ou depois), no interdiscurso.

O que Meillet, em seu artigo inaugural, previu como gramaticalização foi a passagem de um item do inventário aberto (lexical) para um item do inventário fechado (gramatical), assim representado:

1.1. [lexical] > [gramatical]

Houve inúmeras contribuições a essa perspectiva de mudança, inclusive terminológica. Cite-se como importante correlato à nomenclatura dada por Martinet:

1.1.1. [*vocábulo nocional*] > [*vocábulo instrumental*] (MARTINET, 1978, p. 126)

Importante caso a que devemos nos reportar, aqui, é o dos processos de *metáfora* e *metonímia* que digam respeito à gramaticalização, para, em seguida, traçarmos a articulação que nos parece verossímil entre os casos de gramaticalização *stricto sensu* e a de gramaticalização *lato sensu*, que é, precisamente, a que estamos pesquisando neste artigo, ao promovermos a sua inter-relação com a noção mais ampla de texto e discurso.

Quando se fala em “metáfora” e “metonímia” em gramaticalização, não se deve confundir com os casos das figuras de linguagem homônimas. Só serão metáforas e metonímias pertinentes à gramaticalização aquelas que, partindo do discurso, entrarem efetivamente no paradigma formal da gramática. Com efeito, este é um dos casos que comprovam por que funcionalismo (discurso) e formalismo (paradigma gramatical) não devem ser dissociados no estudo do fenômeno da gramaticalização. Estar-se-á propugnando pela tese da *complementaridade* entre Formalismo e Funcionalismo, no caso do fenômeno em tela.

Mais especificamente, ainda, neste artigo, procurarei definir como *metáfora textual* a que faz com que a interpretação de determinado texto concreto se dê mediante a consideração de uma situação extratextual que, embora oculta, possa e/ou deva ser igualmente levada em consideração para a interpretação completa do elemento textual explícito que se tem em mão. Esta é uma das razões por que o termo “metáfora textual” não difere muito do termo “paradigma textual”, pois ambos tocam no aspecto de que a concretização de um texto, que poderá ser concebida como o “sintagma textual”, ou o texto de per se, deverá, em casos de metáfora textual, recorrer a textos/intertextos/discursos/interdiscursos que permanecem ocultos ou implícitos, mas cuja depreensão é completamente necessária à interpretação do sintagma textual que se quer empreender.

Assim, Meillet prossegue com desdobramentos da linha sequencial que aponta (ou descreve) o processo de gramaticalização:

1.1.2. [velhas formas] > [novas funções] (MEILLET, 1948, p. 144)

1.1.3. [concreto] > [abstrato] (*Predominante na metáfora e na metáfora textual.*)

[-abstrato] > [+ abstrato]

1.1.4. [-contexto] > [+contexto] (*Predominante na metonímia e na metonímia textual.*)

Daremos exemplos dos casos 1.3 e 1.4, tanto do ponto de vista da gramaticalização propriamente dita, ou *stricto sensu*, como da gramaticalização textual, ou *lato sensu*. Por ora, seria interessante a análise da passagem dos advérbios de lugar (provenientes de categoria cognitiva e gramatical mais concreta) que deslizam gradualmente até os advérbios de tempo (mais abstratos⁹⁸) e, em seguida, paulatinamente, até os de concessão, isto é, de categorias cognitivas mais concretas para categorias cognitivas menos concretas, como se disse, no seguinte *continuum*:

2. *Metáfora em gramaticalizações propriamente ditas: [concreto] > [abstrato]*

Padrão da linha unidirecional a estabelecer o exemplário: [espaço] > [tempo] > [condição] > [concessão] = [-abstrato] > [+abstrato]

Para citarem-se parcimoniosos exemplos:

2.1. Vou-me embora pra Pasárgada,

*Lá*⁹⁹ sou amigo do rei [...] (BANDEIRA, 2003, p. 19, grifamos)

2.2. “O homem, como o conhecemos, surgiu há cerca de 10 mil anos. De *lá*¹⁰⁰ para cá, poucas coisas mudaram”.

2.3. “E eu *lá*¹⁰¹ sou homem de meias palavras?”

⁹⁸ Uma das comprovações de que a categoria cognitiva de espaço é mais concreta que a de tempo é a profusão do verbo “ir”, desde o século XIV, para indicar-se não deslocamento espacial, mas sim temporal, futuridade, como em “vou ao Japão” X “vou falar com ele”, caso patente, exatamente por essa razão, de gramaticalização.

⁹⁹ Noção meramente de lugar.

¹⁰⁰ Noção temporal.

Em (2.1) o item “lá” indica espaço. Em (2.2), passa a indicar tempo. Em (2.3), há tão somente um marcador discursivo, informal, que enfatiza a sentença como um todo, e está arrolado na gramática na classe de palavras denotativas, que, para Oiticica (1947, p. 50, *apud* BOMFIM, 1988, p. 72, s.v. *Palavras denotativas*), “são ‘palavras que exprimem meros acidentes do discurso, como as interrogações, afirmações, confirmações, realces, correções, ressalvas, exclusões, designações etc.’”

Sobre a passagem da [condição] para a [concessão], pode-se afirmar que esta última é uma especialidade daquela primeira, como se pode observar no caso de orações com as locuções conjuntivas “mesmo que”, “ainda que”, as quais, semanticamente, indicam que há uma condição (genericamente indicada pela conjunção “se”) somada a um adendo semântico de “não importa” ou “não fará diferença”.

Percebe-se essa presença da condição + o adendo semântico assinalado (o que torna menos abstrata a circunstância simples de condição e mais abstrata a concessão), numa frase como:

2.4. Mesmo que chova, irei à praia.

Ou seja, “Se chover” (condição), “Isso não fará diferença” (adendo semântico da concessão) e “Irei à praia”, sentença precedida de elemento mais abstrato que a condição pura e simples (que é a concessão).

Perceba-se que o fato de chamar-se a essa passagem do concreto para o abstrato de metáfora se dá pela razão de que haverá elemento oculto (a condição da existência da metáfora) a ser decodificado e discursivamente adaptado pelo intérprete a fim de que o enunciado seja compreendido. Assim, quando deslocamos a noção de “ir” do lugar (e.g. “**vou** ao Japão”) para a de tempo (e.g. “**vou** falar com ele”), houve uma metáfora discursiva, já que o intérprete, para compreender a noção de futuridade, precisará lançar mão da noção oculta de deslocamento *espacial*, e adaptá-la à sua substância de deslocamento puro, mas não mais espacial, e sim *temporal*. Se não houver essa interpretação baseada no elemento oculto (o *espaço* ficou oculto), a interpretação não ocorre e, antes disso, nem sequer teria havido motivação linguística para a perífrase verbal baseada em “ir” passar a dizer respeito a tempo, e não mais a lugar.

¹⁰¹ Noção pragmático-discursiva de distanciamento indefinidamente espacial/temporal.

Como vemos, e veremos melhor abaixo, a noção de metáfora está calcada numa noção de paradigma de gramaticalização (cf. LEHMANN, 1998), em que o contexto é menos claro (havendo até ocultamente de elementos imprescindíveis à interpretação). Já a metonímia precisará de mais contexto (como aponta 2.4 acima) do que a metáfora em gramaticalização, estando mais ligada, pois, à noção de sintagma de gramaticalização (cf. LEHMANN, 1998).

3. *Metonímia em gramaticalizações propriamente ditas: [-contexto] > [+contexto]*

Como se sabe, a metonímia se dá *in praesentia*, isto é, na con-substanciação do sintagma, que é concreto. Assim, a contiguidade que proporciona a captação de sentido própria da metonímia se concretiza, precisamente, no eixo sintagmático, tanto no plano da gramaticalização propriamente dita, quanto no plano da *gramaticalização textual por metonímia*, dada, pois, no plano do parâmetro sintagmático da gramaticalização (cf. LEHMANN, 1998).

Um exemplo de gramaticalização *stricto sensu* (ainda não a textual) por metonímia é o da locução conjuntiva “desde que”, que, apenas de acordo com o contexto, poderá ser classificada como temporal ou condicional. Assim, uma vez que elejamos que determinado emprego, posterior, carece de mais contexto que o anterior, temos visto o caso de gramaticalização concretizado:

3.1. “Desde que ele chegou, não o vi” (tempo)

>

3.2. “Desde que ele venha, falarei com ele” (condição)

Em 3.2, percebe-se a gramaticalização em curso, pois, além de a locução ter provindo de outra, temporal (3.1), aqui, em 3.2, é necessário um aporte de contexto quase redundante: a presença do modo subjuntivo (ou condicional, para muitos gramáticos), a correlação ou servidão gramatical do futuro na oração principal (cf. “falarei”). A necessidade de um suporte contextual maior (até redundante no sintagma), além de se saber que a preposição “desde” e, antes, temporal (e, antes ainda, locativa), demonstram que o emprego condicional da locução “desde que” é um caso de gramaticalização por metonímia.

Num *nível textual*, pode-se dizer, por exemplo, que as chamadas fotos-potocas constituem, também, gramaticalizações por metonímia, porém textual-discursiva, enfatizemo-lo. Isso porque a *contiguidade* das montagens fotográficas só alcançará seu objetivo comunicativo se for dado um contexto muito específico (sobre [+contexto]) à montagem que se quer transmitir como enunciação.

4. *Os parâmetros de Lehmann*

Lehmann (1995) definiu a gramaticalização sob os pontos de vista de Meillet (1948) e Kurylowicz (1975) simultaneamente: trata-se do processo pelo qual um lexema desliza gradativamente a um formativo gramatical e pelo qual um formativo gramatical desliza a um formativo mais gramatical. Um panorama sobre o que torna um item mais gramatical, e como isso se processa, numa escala de gradações bem definidas e imprescindíveis à detecção e descrição do fenômeno em pauta, foi apresentado acima.

Lehmann, voltando a Ferdinand de Saussure e aos pilares básicos do estruturalismo – paradigma/sintagma –, estabelece uma distribuição cartesiana de três aspectos divididos nas duas pedras-de-toque do estruturalismo acima aludidas.

Os aspectos ou parâmetros de Lehmann, divididos no sintagma e no paradigma segundo a visão saussuriana de sistema interno da língua (formalista), acrescidos da necessária inserção das forças externas (funcionalistas) são o PESO, a COESÃO e a VARIABILIDADE. De acordo com o eixo em que esses parâmetros se encontram (sintagmático ou paradigmático), eles ganham nomenclaturas próprias à sua especificidade capaz de tornar apreensível a gramaticalização.

Primeiro, deixamos claro que o quadro empreendido por Lehmann, como dissemos, dizia respeito à gramaticalização estritamente dita (passagens de itens do léxico à meta gramatical). No entanto, a par dos quadros que o autor propõe como parâmetros amplamente utilizados pelos estudiosos da gramaticalização como se concebe até o presente, será proposta, de nossa parte, uma analogia em que se perceberá a plausibilidade de os mesmos parâmetros, *mutatis mutandis*, serem compreendidos para a aferição de uma gramaticalização que, pelo que queremos demonstrar, pode ser um modo de explicar as relações *intratextuais* e *in-*

tradiscursivas, assim como *intertextuais* e *interdiscursivas* e, até mesmo, *extratextuais* e *extradiscursivas*.

5. Os parâmetros de Lehmann aplicados ao texto e ao discurso

Nos níveis textual e discursivo, a gramaticalização no eixo paradigmático e sintagmático dirão respeito, como sugerem as nomenclaturas, à gradação processual de itens capacitadores de interpretação que deslizam de possibilidades de escolha (paradigma) ou distribuição mais livres e amplos em direção a possibilidades cada vez mais fixas e restritas.

Para os parâmetros análogos que proporemos, não faremos distinção entre texto e discurso, nem entre intertexto e interdiscurso, respectivamente àqueles dois primeiros termos, uma vez que consideramos que o parâmetro de gramaticalização alcança explicar as duas ocorrências linguísticas (texto e discurso), sendo necessário, apenas, que se procedam, anteriormente, às conceituações que diferenciam essas ocorrências, as quais já esboçamos e às quais, ainda, retornaremos mais uma vez adiante.

Não faremos também distinção entre *paradigma* textual-discursivo e *metáfora* textual-discursiva, que nos parecem termos cujo emprego epistemológico é bastante aproximado. Por fim, tampouco faremos distinção entre o que chamaremos de *sintagma* textual-discursivo e *metonímia* textual-discursiva, pelas mesmas razões.

Chamaremos, no caso do texto e discurso, nos parâmetros de gramaticalização por paradigma/metáfora, de OCORRÊNCIA ao que, em Lehmann, em seu quadro, chamou de ITEM. Assim, o texto/discurso cotejado sob o prisma da paradigmática/metaforização é uma OCORRÊNCIA, tal qual o vocábulo é um ITEM.

Por sua vez, no caso do sintagma/metonímia, daremos o nome de ELEMENTO ao que é, também denominado ITEM por Lehmann.

Pela análise das relações paradigmáticas de gramaticalização textual-discursiva, observamos que, *grosso modo*, existem gêneros textuais cuja própria origem é menos ou mais gramaticalizada. Assim, por exemplo, um poema inédito, que não se paratextualize ou transtextualize (por incorporação ou reelaboração) com nenhuma outra ocorrência textual-discursiva, será pouco ou nada gramaticalizado. Isso porque, em seu PESSO (INTEGRIDADE), corresponderá a um Texto/discurso provavelmente

te original, com preeminência de traços semânticos inéditos ou inovadores, passível de poucas associações a outros textos/discursos, pouca intertextualidade e interdiscursividade, muitas associações extralinguísticas.

Já uma bula de remédio, por seu turno, poderia corresponder ao arquétipo/protótipo de um gênero textual muito gramaticalizado, tendendo à necessidade de estabelecer rigorosamente as quatro *máximas* intelectual-pragmáticas de Grice (1980), retiradas, como se sabe, da releitura que Kant empreendeu sobre as obras de Aristóteles: *quantidade, qualidade, modo e relação*.

- 5.1. **QUANTIDADE:** seja tão informativo quanto for necessário e requerido, nem mais, nem menos.
- 5.2. **QUALIDADE:** seja verdadeiro em sua informação (nem diga algo que não possa comprovar, nem algo que não acredite ser verdade).
- 5.3. **RELAÇÃO:** seja relevante, apresente informações importantes ao texto e ao contexto, saiba a hora e a vez (quando e como) de mudar o assunto.
- 5.4. **MODO:** seja claro, objetivo, evite ambiguidades, prolixidade, obscurantismo, seja organizado e ordenado. (CAETANO, 2010, p. 98)

Antes de prosseguirmos, é preciso compreender que Grice estabelece a linguagem como elemento unívoco em suas MÁXIMAS, mas não em suas IMPLICATURAS, que são formas de implícitos, inferências concretizadas na intersubjetividade do (inter)discurso vivo. Ora, quando se fere uma das máximas griceanas, esta é a sua teoria Pragmática, estar-se-á alcançando uma implicatura, isto é, infere-se algo daquela infração. Peço, mais uma vez, licença para citar obra que escrevi, em que estabeleço a diferença entre dois tipos de inferências ou implícitos: as implicaturas (termo griceano) e as pressuposições:

5.5. IMPLICATURAS E PRESSUPOSIÇÕES

IMPLICATURA e PRESSUPOSIÇÃO não são a mesma coisa, mas podem conter o mesmo objetivo textual em muitas situações.

Basicamente, um enunciado PRESSUPÕE outro se o último é uma pré-condição do primeiro. Ela comunica algo sem (aparente) intenção de fazer isso. Se o último enunciado (B) não fosse verdadeiro, o primeiro (A) seria falso igualmente.

Exemplos:

- A) Minha biblioteca está em reforma. PRESSUPÕE
- B) Tenho uma biblioteca.
- A) Vou inclusive a Paris. PRESSUPÕE

B) Vou a outros lugares.

Já a IMPLICATURA é uma insinuação de algo que se disse ou deixou de dizer, como veremos melhor. Têm mais relações com a violação ou mesmo com o uso das máximas de Grice, que vimos acima.

Não é raro que um sentido implicado e pressuposto caminhem lado a lado.

Ocorre que há textos (até mesmo jornalísticos, embora mais raros) em que alguma ou algumas das máximas de Grice são violadas. Com isso, geram-se implicaturas, ou seja, geram-se PRESSUPOSIÇÕES que, também, devem ser interpretadas, sob pena de não termos sequer entendido o texto. Mais uma vez, é o ENUNCIADO X a ENUNCIACÃO que se promove. Ou seja, o texto pode ter palavras explícitas que violam uma das máximas acima e, com isso, IMPLICAR ou PRESSUPOR informações importantes para a interpretação do texto.

Por exemplo, no seguinte diálogo:

A) – Pedro, que horas são?

B) – Já está muito tarde.

Foi violada a máxima da quantidade, pois a informação requerida por A era saber exatamente as horas (1, 2, 3...?), e não se era cedo ou tarde. B deu menos informações do que eram requeridas. No entanto, ao violar essa máxima, B acaba IMPLICANDO ou fazendo PRESSUPOR que, para determinada atividade (motivo pelo qual pressupomos que A perguntava as horas) *já não há mais tempo*. Isso não foi dito, mas está IMPLICADO ou PRESSUPOSTO na ENUNCIACÃO, não no ENUNCIADO.

Outro exemplo:

C) – Qual a sua nacionalidade?

D) – Eu sou francês, mas sou simpático...

Também foi violada a máxima da quantidade: dessa vez, no entanto, foi dada mais informação do que requerida. Segundo o viés de B, os franceses, em geral, são antipáticos. (CAETANO, 2010, p. 103-104)

Portanto, o que Grice trouxe de novo em relação à “teoria clássica da significação”, de Aristóteles e à noção de razão (ou juízo) analítica e sintética de Kant, foi o fato de que Grice previa que, na infração, perfeitamente plausível nos atos de fala, das suas MÁXIMAS, espécies de tradução das categorias aristotélicas e kantianas, haverá a abertura para a pluralidade de significações (e não apenas de significados), que carecem, pois, da “subjetividade da linguagem”, termo que ficou célebre no capítulo homônimo de Émile Benveniste (BENVENISTE, 1998, p. 121).

Sobre as primogênicas categorias aristotélicas, de que tanto falamos, e que ensejaram as posteriores análises de Kant e Grice, a que tam-

bém tanto aludimos, são produtoras as palavras seguintes, aqui, pelo fato de as observarem pelo viés do dialogismo, calcado na subjetividade dos interlocutores, além de nos fatores de implicitude (a pressuposição e as inferências, inclusive o que viria a ser a implicatura griceana) inerentes e indispensáveis à realização da discursividade:

Uma primeira observação a respeito das categorias é a de que elas, ao marcar o “lugar” do discurso, marcam também a estruturação de um raciocínio que define a origem do argumento de um ponto de vista subjetivo e argumentativamente marcado. Definição (essência), propriedade (peculiaridade), Gênero (inerência, espécie) e acidente (transitoriedade) são marcas que determinam em que pressupõem uma relação dialética que podemos depreender no interior dos sistemas linguísticos, daí se inferindo a discursividade da linguagem. (FOCAS, 2006, p. 166-167)

Em nota de pé de página, sobre a relação dialética, a autora assim se manifesta: “Essa ‘relação dialética’ fundamenta todo o pensamento de Saussure, mais especificamente no eixo paradigmático e sintagmático e na definição de signo: ‘o signo é aquilo que ele não é’” (FOCAS, id., ib.).

Cabe, aqui, a explicitação do que vimos expondo: qual seja a circunstância de o ato de “interpretação” transpor, transcender, por assim dizer, o de “intelecção”. A diferença é semelhante à que existe entre *entender* e *interpretar* um enunciado, passando-se, pois, à enunciação.

Um exemplo disso pode-se evidenciar no contraste dos seguintes enunciados > enunciações abaixo apresentados, para cuja análise parto do contraste de duas sentenças simples:

A) “Aquela menina é bonita, mas burra”;

B) “Aquela menina é burra, mas bonita” (CAETANO, 2012, p. 49)

Ora, do ponto de vista meramente intelectual (a intelecção ou entendimento), as duas frases dizem a mesma coisa, possuem os mesmos referentes, SIGNIFICAM, pois, a mesma ideia: uma menina que possui, simultaneamente, atributos de beleza (positivo) e burrice (negativo). Não há o que se dizer mais sobre esses enunciados, se nos mantivermos no plano do entendimento, linguisticamente conhecido como PLANO DO ENUNCIADO, ou do SIGNIFICADO propriamente dito.

Se partirmos para o PLANO DA ENUNCIACÃO¹⁰² (ou da SIGNIFICAÇÃO ou do SENTIDO), contudo, que é o da interpretação, pois

¹⁰² Fazemos menção a que o termo surgiu de uma distinção psicanalítica proposta por Lacan (cf. LACAN, 2003), e foi, em seguida, desdobrada pelos estudiosos da análise do discurso, como Cha-

envolve os referentes físicos somados à força locucionária presente no enunciado, pode-se chegar a conclusões mais amplas.

Voltando, então, à questão dos implícitos, são eles que nos dão pistas de ênfase, indiretividade, implicaturas, modalizações, topicalizações, pressupostos ou pressuposições, inferências plausíveis, efeitos obtidos e, até, mas somente em casos muito nítidos, bastante fluidos, implícitos em que se conseguem captar efeitos *pretendidos* pelo autor. Indo-se além, poder-se-ão captar, por vezes, até ideologias.

6. *Considerações finais*

A língua é encarada de acordo com ênfases que se queiram atribuir a ela. Duas das principais são aquela que a focaliza como elemento de comunicação e discurso, e aquela que a encarece pelo ponto de vista do pensamento ou da cognição.

Essas duas formas básicas de se encarecer a língua encontram guarida no formalismo e no funcionalismo, que, como quisemos demonstrar, são reciprocamente necessários à compreensão mais ampla do fenômeno linguístico.

Assim, indo ao exemplo de uma Teoria Geral que se ocupa dos casos da passagem de itens do discurso para a gramática, qual seja a Gramaticalização, procuramos demonstrar que ocorrem processos contínuos e ininterruptos de fluxo dessa unidirecionalidade, mas também no sentido oposto, tanto no plano meramente lexical-gramatical (item), quanto nos planos do texto e do discurso (ocorrência ou elemento, segundo se fale em gramaticalização por metáfora ou metonímia textual-discursiva, respectivamente).

Este parece ser um material que contribui com os estudos que privilegiam a língua como um espectro mais amplo, em que o discurso (concretizado no texto) e a gramatização (concretizada na gramática e no dicionário) encontram, como tese e antítese que constituem, a sua síntese numa análise que se permita movimentos de reciprocidade, sem descartar a pancronia e a pantopia. Ou, como diria Lehmann: “a variação sincrônica e a mudança diacrônica” (cf. LEHMANN, 1985, p. 19).

readeau & Maingueneau (2008), Maingueneau (2006), além de Ducrot (1980, 1989) e Benveniste (1998a).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Manuel. *Os melhores poemas de Manuel Bandeira*. São Paulo: Global, 2003.
- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: UNICAMP, 1998.
- BOMFIM, Eneida do R. M. *Advérbios*. São Paulo: Ática, 1988.
- . Advérbios, preposições ou conjunções? Fronteiras entre classes de palavras. In: VALENTE, André (Org.) *Aulas de português: Perspectivas inovadoras*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CAETANO, Marcelo Moraes. *Caminhos do texto*. Rio de Janeiro: Ferreira, 2010.
- . *Desafios da redação*. Rio de Janeiro: Ferreira, 2012
- FOCAS, Júnia Diniz. Dialética e argumentação: as categorias aristotélicas e o discurso. In: EMEDIATO, Vander; MACHADO, Ida Lúcia; NONEGE, William (Orgs.). *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE-UFGM, 2006.
- GRICE, H. Paul. *Studies in the Way of Words*. Harvard University Press, 1989.
- HEGEL. *Phänomenologie des Geistes*, Berlin: Guttenberg Spiegel, 1806.
- KURYLOWICZ, J. The evolution of grammatical categories. In: _____. *Esquisses linguistiques II*. Munique: Fink, 1975, p. 38-54.
- LEHMANN, C. Grammaticalization and related changes in contemporary german. In: TRAUOGOTT, E.; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to Grammaticalization*, v. 1. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1991, p. 37-80.
- . Grammaticalization: Synchronic Variation and Dyachronic Change. *Lingua e Stile*, v. 20, n. 3, p. 303-318, 1985.
- . *Thoughts on grammaticalization*. A programmatic sketch. Colônia: Arbeiten des Köllner Universalien – Projekts 48, 1995.
- MARTINET, André. *Éléments de linguistique générale*. Paris: Seuil, 1960.

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. In: _____. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Librairie Honoré Champion, 1948.

OITICICA, José. *Manual de análise*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1940.

SAUSSURE. Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 9. ed. São Paulo. Cultrix, 1984.